

Carta Ciência e Tecnologia

O Fórum Capital/Trabalho, sediado na Universidade de São Paulo, com representantes das principais centrais sindicais e federações de empresas, ao analisar nosso complexo científico-tecnológico identifica em suas fragilidades impedimentos ao nosso desenvolvimento produtivo. Por outro lado, os problemas da Ciência e da Tecnologia talvez sejam melhor compreendidos como conseqüências do que como causas.

A incapacidade revelada pelo País de competir internacionalmente e de gerar tecnologia é tanto conseqüência do perverso perfil educacional da população brasileira, da ausência de políticas conseqüentes e duradouras de modernização produtiva, como da decorrente insuficiência em pesquisa básica e aplicada em instituições públicas e nas empresas. É difícil definir causa e efeito em questões como estas, nas quais a ação recíproca é ostensiva. Reconhecer a limitação de qualquer equacionamento setorial do problema é um bom ponto de partida para a compreensão de sua natureza.

A atual crise econômica brasileira por si só é um obstáculo à inserção de novas tecnologias nos meios de produção, levando a perdas crescentes nas trocas internacionais, à medida que aumentam as perdas de competitividade. A superação desta condição exige qualificação do Trabalho e modificação nas formas de produção, o que implicará contínuo e renovado entendimento entre Capital e Trabalho. Além disso, face às restrições dos países desenvolvidos em transferir tecnologia aos outros países, é fundamental um projeto nacional de geração de tecnologia.

A discussão mais ampla sobre desenvolvimento tecnológico e modernização produtiva não pode ser feita independentemente da discussão das condições de troca internacional de bens, serviços e patentes e de mecanismos de proteção de mercado. Esta última discussão, intensa entre nós na última década, carece até agora de uma efetiva evolução qualitativa. Se olharmos com espírito isento a história de políticas nacionais no plano tecnológico das nações desenvolvidas, veremos que as posturas adotadas na regulamentação de suas trocas, no reconhecimento de patentes e na preservação ou na abertura de seus mercados não percorreram uma linha única, mas sim uma variedade de estratégias.

É preciso evitar, por um lado, as visões que condenam como retró-

grada qualquer defesa de interesses nacionais ou ainda supõem que estes interesses estariam melhor servidos por uma virtual eliminação das barreiras comerciais. Por outro, é também necessário superar a compreensão, igualmente simplista, de que seja possível ou desejável promover guetos produtivos estanques, como se a mera reserva de mercado bastasse ao desenvolvimento tecnológico autônomo. Não se trata de encontrar o *termo médio* entre ambos os extremos, nem de se estabelecer a velocidade com que caminharemos do *nacionalismo atrasado* para o *integracionismo moderno*.

Investimento avaliado ou pulverização e desperdício.

Menos do que estar pretendendo apresentar aqui uma *nova síntese*, Capital e Trabalho preconizam um aprofundamento desse debate, no geral e caso a caso, com interlocutores e instrumentos sensíveis à cidadania que produz e consome.

Ao se apreciar o conjunto de lacunas e falhas associadas ao presente impasse, além do já mencionado drama educacional, ressalta-se a ausência de definição discutida e criteriosa de priorização de setores que condicionem o desenvolvimento desejado. Especificamente na relação Pesquisa & Desenvolvimento, os interlocutores para essa discussão são o Estado, através de institutos de pesquisa universitários ou não, o Capital, através de empresas com suas metas tecnológicas e suas corporações, assim como o Trabalho, representado pelos sindicatos e suas centrais, com interesses expressos na evolução ou na defesa de determinados segmentos. A ausência dessa interlocução real tem motivado o mero gerenciamento dos corporativismos estreitos.

Não há resultado produtivo sem valorização do trabalho.

Um necessário projeto nacional de modernização tecnológica deve estar atento à realidade social brasileira, redefinindo prioridades em processo socialmente negociado, ou seja, no qual o Estado reconheça os interlocutores diretamente envolvidos: empresa, trabalhador e consumidor. Não se deve esperar uma evolução homogênea, mas sim uma que proteja alguns setores à medida que abra outros. Isso equivale a definir um projeto de país a partir de suas condições atuais, priorizando seletivamente a inserção de tecnologias nos diversos setores produtivos, com velocidades e acelerações diferenciadas. Tudo isto há de ser objeto de negociação, inclusive a alocação produtiva de recursos públicos, quando for o caso.

A edificação do complexo científico-tecnológico impõe a consolidação e a reformulação dos alicerces já assentados, nunca sua demolição.

Um projeto nacional capaz de enfrentar os desafios e as incertezas, não só devido às nossas fragilidades, mas também à dinâmica global, deve prever sua permanente reavaliação, com revisão de suas metas.

Com relação a isso, vale ressaltar que qualquer plano de metas em qualquer área de atividade tem de ser permanentemente acompanhado,

O encaminhamento das questões científico-tecnológicas depende da solução do problema educacional brasileiro.

A baixa competitividade prejudica a relação de troca, reduzindo o investimento produtivo e dificultando a modernização.

Há um falso diálogo entre o nacionalismo e o internacionalismo. Falta a Nação.

Capital e Trabalho devem participar conjuntamente da discussão de um plano de metas, superando seus interesses meramente corporativos.

A Nação não é um mercado, mas este é parte dela.

avaliado, revisto e atualizado. A ausência de uma cultura de avaliação de desempenho se dá tanto na educação quanto no campo dos investimentos científico-tecnológicos. A falta de um programa de desenvolvimento pactuado e avaliado resulta na busca às vezes oportunista ou mesmo predatória dos poucos recursos disponíveis, na expectativa lamentavelmente correta de que a contrapartida de resultados não será efetivamente cobrada; o insucesso das políticas de subsídios em Ciência e Tecnologia tem também a ver com esse traço cultural.

Nunca é demais insistir que não se operará milagre tecnológico, por absorção ou por desenvolvimento autônomo, sem o correspondente esforço pela valorização do trabalho, através da remuneração e da qualificação. A qualificação da mão-de-obra é hoje um imperativo de competitividade não só interempresarial como entre economias e países, ou seja, neste particular deverão convergir os interesses do Capital e do Trabalho. Pode-se prever que parte do trabalho taylorista será substituído por formas não-coletivas, trazendo novas dimensões ao conflito Capital e Trabalho. Este conflito pode ser administrado por ambas as partes sem a pretensão de superá-lo para sempre. Os representantes do Trabalho reconhecem que novas formas de produção podem provocar a redução setorial da mão-de-obra e estão dispostos a aceitar essa consequência de forma negociada, desde que os excedentes de trabalho em alguns setores sejam requalificados e reaproveitados em outros. O papel do Estado em tal circunstância deverá ser fundamental, não na mediação daquele entendimento, mas na definição de políticas sociais que auxiliem a requalificação e a migração da mão-de-obra. Esta estratégia é um exemplo contemporâneo de administração do conflito Capital e Trabalho, de forma a que este não seja obstáculo à modernização tecnológica.

As instituições que têm respondido de fato, no Brasil, pela Ciência e pela Tecnologia devem ser pelo menos mantidas, a despeito da crise econômica por que passa o País, pois seu desmantelamento dificultar-nos-ia ainda mais a retomada do desenvolvimento produtivo e social, mesmo quando essa possibilidade configurar-se. Ao mesmo tempo, aquelas instituições que historicamente se revelam ineficazes não devem ser mantidas indefinidamente, salvo se uma avaliação recomende sua reformulação. Crescimento significativo no conjunto do sistema científico-tecnológico não deve ser preconizado sem concomitante ou até precedente reformulação, aprimoramento e ampliação da instrução, o que implica em verdadeira revolução no nosso sistema educacional, particularmente na escolaridade básica.

Quanto à ação específica da universidade no complexo científico-tecnológico, é perceptível seu isolamento em relação às atividades

produtivas do País e ao armazenamento, seleção e difusão de informação científico-tecnológica. É preciso prover a universidade dos mecanismos de divulgação daquela competência acadêmica capaz de atrair a empresa para a solução de seus problemas. As iniciativas que têm surgido nessa direção, revelando efetiva modernização da universidade, devem ser claramente apoiadas pelo Estado e pelo setor produtivo.

*A ciência básica é
mais do que um
meio para a
Tecnologia.*

A ciência básica, fundamental ou pura, no entanto, deve ser promovida autonomamente como função cultural e educacional da universidade, sem condicioná-la à sua praticidade tecnológico-produtiva. A falta dessa autonomia tem gerado distorções tanto no desenvolvimento científico como no tecnológico, dificultando a transparência na atribuição de responsabilidades e na avaliação dos resultados.

Finalmente, Capital e Trabalho, assim como a Universidade que participa desta discussão, reiteram não estar a questão científico-tecnológica à espera de um megaplano que a equacione de uma vez por todas. Deveria estar encerrada aquela fase na qual o poder discricionário estabelece *o que é bom para a Nação*. Trata-se, isto sim, de inaugurar, também nesse campo, um duradouro período de diálogo, ou seja, de tratamento de conflitos e de negociação, no qual o interesse das corporações seja continuamente revisto com o que mereça ser denominado de interesse público nacional.

*Megaplanos nunca
mais.*